

Dever político

Resulta do próprio feitio do sistema presidencial, quando construído sob amparo dos pressupostos democráticos, a necessidade de entrosamento político entre o Executivo e o Legislativo. O ato de governar pressupõe o revestimento legal das ações, por meio de leis a cargo da representação popular portadora do mandato político outorgado pelas bases sociais. Tanto quanto o presidente da República, deputados e senadores exercem funções eletivas respaldados pela manifestação da vontade soberana do povo e sob a forma de um pacto político que, salvo pela fraude à consciência coletiva, não pode ser desrespeitado.

É indispensável que a identidade dos elementos substantivos colocados na raiz do poder, ou seja, a vontade social manifesta pelo voto, cumpra o desígnio de força aglutinadora, através da partilha de responsabilidades na execução das tarefas em favor do bem público. Sem dúvida formam tais avaliações o pano de fundo da recente decisão do presidente Fernando Collor de reerguer em bases mais sólidas o dispositivo de sustentação política do governo no Congresso.

A contribuição do Poder Legislativo não se esgota, porém, na formalização da lei, mas, igualmente, se expressa em imaginosas criações políticas para o desate de impasses aparentemente insolúveis. Os quadros humanos que nele atuam procedem de diversificadas vertentes populares e, por isso mesmo, ilus-

tram a atividade política com formulações bastante sintonizadas com os interesses predominantes na sociedade.

Embora a presença exponencial do *Executivo no quadro do poder*, a *Constituição atual* atribuiu ao Congresso uma soma de competências sem precedentes na crônica da República. Enfatiza, portanto, a experimentação política do entendimento, de forma a permitir que *Executivo e Legislativo* componham, por meio da análise conjunta dos problemas, as soluções capazes de filiar-se às verdadeiras aspirações sociais.

Atende a tais expectativas a recomendação presidencial de que os ministros, na pessoa de seus titulares, prestem toda colaboração aos membros do Congresso. É vital para o estabelecimento de um clima propício à conjugação de esforços linhas diretas de comunicação, embora as partes devam renunciar ao exercício da barganha política, expediente inadequado aos novos tempos e tantas vezes censurado pela sociedade.

A reformulação das relações entre o Executivo e o Legislativo também é uma exigência do período crítico que o Brasil atravessa. Certamente não se encontrará soluções válidas para a superação da crise, ou pelo menos não se poderá controlá-la em tempo hábil, em presença de áreas de atrito entre os agentes mais dinâmicos da atividade governamental: o Executivo e o Legislativo. Agora, é esperar pelos resultados.